



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 42 - 2ª Quinzena de Dezembro de 1992 - Cr\$ 2.000,00

NÃO

à privatização
da CSN !

Ocupar a estatal e
defender o controle operário !

Chega de salários de fome, de miséria e desemprego!
Que a CUT rompa com o governo continuísta de
Itamar e chame uma campanha nacional de luta
pelo salário mínimo real de 4 milhões e pela
garantia de emprego para todos !

III Congresso da TPOR

Construir o
Partido Revolucionário é
Construir o
Programa Revolucionário !



III Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR)

Diferentemente das demais correntes que se reivindicam do marxismo, a T.POR considera a construção programática da revolução proletária como essencial à formação do Partido. A experiência internacional tem comprovado que a degenerescência oportunista das tendências de esquerda, que frequentemente revisam no que há de fundamental na doutrina marxista, tem por base a ausência de um programa que expresse a realidade do país e as leis históricas de sua transformação socialista. É comum a estas correntes deformarem a estratégia programática de tomada do poder do Estado pelo proletariado, negando ou ludibriando o princípio marxista da ditadura de classe do proletariado sobre a minoria capitalista.

No Brasil, temos representadas por vários agrupamentos três tendências de esquerda: 1) o reformismo socialdemocrata; 2) o estalinismo; 3) o trotsquismo.

O reformismo socialdemocrata se coloca abertamente contra a revolução violenta. Está representado pelo PT. O estalinismo se baseia na revolução por etapas e acaba por se arrastar atrás da burguesia nacional, negando de fato a tarefa da revolução proletária. Está representado pelo PCdoB. O PCB renegou inclusive a revolução por etapa e se colocou no campo da socialdemocracia.

O trotsquismo tem por essência o princípio da revolução permanente, ou seja, que os países semicoloniais, como o Brasil, amadureceram para a revolução proletária na fase imperialista do capitalismo mundial. Considera, entretanto, que neles se expressam particularidades nacionais de países capitalistas atrasados, onde a revolução burguesa não foi possível e onde tarefas democráticas não resolvidas se combinam com as transformações socialistas (expropriação dos meios de produção e sua coletivização). Assim, o programa a ser construído se baseia na estratégia da revolução e ditadura proletárias, que se fundamentam na necessidade da revolução mundial.

Há várias correntes que se reivindi-

cam do trotsquismo, porém acabam por negá-lo ao não desenvolver programaticamente a orientação marxista da revolução permanente. Um exemplo mais evidente foi a adaptação sofrida por correntes como a Convergência Socialista, Causa Operária e O Trabalho que levantaram a bandeira de um governo dos trabalhadores do PT, através da candidatura de Lula e do método eleitoral de chegada ao poder do Estado. Estas correntes carregam esta herança em sua formulação política. Isto se deve à negação da tarefa de construção do programa de transição para a revolução proletária no Brasil.

A T.POR, em seu III Congresso, procura dar um passo à frente assentando pontos fundamentais do programa, que só poderá chegar a uma forma mais acabada penetrando no interior das massas oprimidas e se destacando como partido dirigente da classe operária. A seguir extraímos a essência de alguns aspectos da Resolução:

1. A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário

Este primeiro ponto da Resolução considera que o capitalismo mundial ingressou numa fase de profunda crise estrutural, depois da grande destruição de forças produtivas da segunda Guerra Mundial.

A crise do estalinismo no Leste Europeu/Rússia e a desagregação desses países de economia estatizada são um reflexo da desintegração do capitalismo mundial. Por sua vez, a quebra econômica e o aprofundamento da crise social nos países capitalistas atrasados, como os da América Latina, também são reflexos desta mesma desintegração.

Em função disto a luta de classes mundial tende a se agravar, abrindo caminho para a reconstituição programática do Internacionalismo proletário, que tem por estratégia a revolução política no Leste europeu e a revolução proletária nos países capitalistas. A tarefa central da situação é construir os partidos da IV Internacional, que tenham por base a experiência do marxismo e o Programa de Transição de Trotsky.

2. Brasil: país capitalista semicolonial

O Brasil é um país de economia capitalista atrasada, integrante da economia mundial, dominada pelos países imperialistas. Distingue-se por ocupar um lugar de nação saqueada e oprimida pelas potências. A sua condição semicolonial tem raízes na formação histórica colonial. Foi integrado ao mercado mundial de fora para dentro na forma de colônia de exploração portuguesa e, em seguida, como semicolônia do capital imperialista.

A independência formal não se constituiu numa verdadeira revolução burguesa, que pudesse emancipá-lo da condição de país oprimido. Desta forma, a proclamação da república não pôde desenvolver um poderoso Estado soberano e democrático-burguês, refletindo a arcaica estrutura desigual e combinada da economia agrária latifundiária com a industrial.

Conserva a coexistência de formas pré-capitalistas de produção com as mais avançadas técnicas de produção capitalista. A burguesia nacional já nasceu débil e dependente do imperialismo, não podendo realizar as tarefas democráticas próprias do país atrasado, como a revolução agrária, a independência nacional, a formação de um poderoso mercado interno, a industrialização homogênea, a superação da contradição entre a cidade e o campo, a eliminação dos profundos desequilíbrios regionais, necessária para desenvolver plenamente a unidade nacional e erradicar a miséria e o analfabetismo.

As tarefas democráticas pendentes passaram a ser de responsabilidade da classe revolucionária que se formou em contradição com a débil burguesia, que é o proletariado. Estas serão resolvidas no bojo da revolução proletária que as combinará com as transformações socialistas.

Observação: no próximo número do Jornal Massas daremos continuidade à síntese da Resolução.

Participe das discussões sobre as teses programáticas do III Congresso

Fale com o distribuidor deste jornal

A crise ministerial prematura do governo Itamar

A crise ministerial do governo Itamar Franco já é um fato. Levanta-se a hipótese de Itamar remover alguns ministros-chaves, como os da área econômica, assim que o Senado votar o afastamento definitivo de Collor. Os conflitos internos à cúpula governamental se abriram em torno do maior ou menor continuísmo da orientação neoliberal (pró-imperialista) traçada por Collor. Este foi removido a pretexto da corrupção, mas não seu plano econômico de privatização das estatais, abertura do mercado para o capital estrangeiro, cortes nos serviços sociais (como previdência, saúde e educação), reforma tributária antipopular, arrocho salarial, pagamento da dívida externa e recessão.

A bancarrota de Collor se deu não devido à corrupção, que é própria do Estado burguês e das condições de parasitismo de grupos econômicos, mas sim em razão de profundas divergências em torno da ampla aplicação do plano antinacional, ditado pelos interesses das potências estrangeiras. O aprofundamento da recessão, a quebra industrial, a alta inflacionária e a volta da ciranda especulativa do capital financeiro atingiram generalizadamente os negócios da burguesia nacional. Por mais que exista entre os exploradores do povo o acordo de que terão de ceder às pressões das metrópoles imperialistas, entregando parte do país aos credores e sacrificando o mercado interno a favor das mercadorias estrangeiras, diante dos efeitos do sucateamento da indústria e do comércio abriu-se violentos choques, que culminaram com a crise política de Collor.

Embora o movimento operário tenha sido contido pela frente burocrática sindical (CGT, CUT, Força Sindical), cuja orientação das direções corrompidas se concentrou na linha do Entendimento Nacional (pacto social), a sua tendência era de se levantar contra a ofensiva de desemprego e fome de Collor. Para a burocracia sindical, inclusive, o impeachment do Presidente desgastado e isolado surgiu como uma válvula de escape para a manutenção do Entendimento Nacional, já insustentável na situação de crescente crise social.

As condições que levaram a queda de Collor, entretanto, permanecem intactas sob Itamar. Que mudanças na política econômica poderia fazer o novo governo capitalista? Podria romper com a diretriz de Collor, ditada pelas condições da crise mundial capitalista e pelos interesses supremos do imperialismo?

O que verificamos em pouco tempo de governabilidade é a imposição do continuísmo que logo gerou a primeira crise ministerial. Todas as medidas essenciais de Hadad e Krauzer são de ajuste e aplicação

do Plano Collor. O ar moralizador de condicionar a entrada de dinheiro nos cofres públicos com as privatizações e limitar a utilização dos títulos desvalorizados da dívida interna (moedas podres) mal esconde a preservação dos ditames do Fundo Monetário Internacional. As declarações populistas de Itamar de proteção aos miseráveis contra a recessão e o empobrecimento generalizado pelo arrocho salarial também mal esconde a manutenção do criminoso salário mínimo, da investida contra a aposentadoria e dos milhões de desempregados e subempregados.

A destruição de forças produtivas (quebra industrial e comercial) e aumento do controle imperialista do Brasil semicolonial é imposição da desintegração generalizada do capitalismo mundial. A demagogia nacionalista do passado político de Itamar, ou seja, das forças burguesas e da burocracia estatal a que representa, se evapora diante das tendências objetivas da crise estrutural capitalista, entretanto, nem por isso os choques interno e as consequentes crises políticas, cada vez mais agudas, são eliminados.

Itamar se debate entre as forças burguesas que exigem acatamento pleno da política antinacional e antipopular e as que objetivam limitar a catástrofe neoliberal. Partidos como o PT e PCdoB se colocam por apoio crítico a Itamar, guiados pela suposição de profundas diferenças com Collor, acobertando a essência do continuísmo. E a CUT permanece paralisada quando seu ministro Barelli já demonstrou ser um fiel cumpridor das leis econômicas do capitalismo decadente, ou seja, de descairar a crise sobre as massas.

A ausência de intervenção organizada nacionalmente da classe operária facilita o governo dos capitalistas processar as crises. Entretanto, não fazem mais do que acumular a explosividade. A classe burguesa não tem como encontrar saída senão as de natureza catastrófica. A vanguarda proletária cabe defender a mobilização nacional dos explorados contra o governo continuísta e avançar na construção do Partido Operário REvolucionário, capaz de arrancar a iniciativa política das mãos do governo patronal e seus partidos.

O desemprego cresce em São Paulo

No mês de outubro, existiam 1.200.000 trabalhadores desempregados na grande São Paulo, isto é, 14 mil a mais do que no mês de setembro. Já em novembro esse número foi acrescido de mais 7.149 demissões, o que contrariou a previsão dos capitalistas de que os empregos seriam mantidos no final de ano. A própria imprensa burguesa admite que foi o maior número de desocupados nesses meses desde 1985. Nem as contratações no setor comercial, época de final de ano, e no setor de serviços fizeram com que baixasse o nível de desemprego.

Tudo indica que em dezembro as demissões continuarão. A Villares está para demitir grande parte dos seus 550 operários, em virtude de sua mudança para Campinas, provocada pela sua fusão com a General Electric. O grupo Votorantim, do magnata Antônio Ermírio de Moraes, acaba de demitir 270 trabalhadores de Sorocaba. Como se vê, a onda de demissão continua sua marcha.

Os operários de fábricas pequenas vêm resistindo a esse ataque, fazendo greves, como na Erierson, Van Leer, ou

ocupações, como na T.Fal. Entretanto, esses movimentos não se generalizam e não se unificam com os operários das grandes montadoras, em função da burocracia sindical estar empenhada em resolver a crise dos empresários nas Câmaras Setoriais. Por isso não organiza nenhuma campanha geral de luta contra o desemprego, permitindo que os movimentos grevistas fiquem isolados.

Ao mesmo tempo, convence os operários a se auto demitirem em troca de migalhas, isto é, através do plano de demissões voluntárias conseguem garantir o corte que os empresários querem. Como por exemplo no caso da Villares, que porá na rua inúmeros trabalhadores dando em troca seis meses de assistência médica e 1,5 salário nominal extra e mais 10% para cada ano trabalhado.

A luta contra o desemprego não depende de acordos nos bastidores com os empresários. Ao contrário, depende da unidade dos assalariados em campanha nacional de luta, que organize as ocupações de fábrica de forma generalizada.

O PT e o governo de Itamar

Uma proposta de Entendimento Nacional

A proposta do PT para a crise econômica, concretizada no documento "Diretrizes para um programa emergencial de política econômica", se constitui numa clara iniciativa de apoio ao governo burguês de Itamar Franco. Reconhece que a "estratégia neoliberal" de Collor criou "uma dinâmica de ilhas de prosperidade em meio a oceanos de miséria e desespero". Entretanto, sua proposta de plano econômico se distancia muito pouco das medidas antipopulares e antinacionais.

Está de acordo em dar continuidade à privatização das estatais, desde que faça parte de uma política industrial e se defina quais os setores estratégicos que devem permanecer sob o controle estatal. De maneira alguma rechaça a desestatização como resultado da imposição do FMI. A agressão imperialista sobre o Brasil semicolonial é aceita como parte da necessidade de integrá-lo na economia mundial. Desta forma, o PT se submete aos opressores nacionais tal qual os demais partidos burgueses, como o PMDB, PSDB, PDT, etc, que apoiaram diretamente o plano de estabilização de Collor.

Um outro aspecto que demonstra claramente a adaptação petista diz respeito ao pagamento da dívida externa. Abre mão de sua limitada posição de suspensão do pagamento da dívida e realização de uma auditoria, para comprovar o real endividamento. Propõe que o governo Itamar "exija imediatamente a renegociação da dívida externa, subordinando a negociação às exigências do processo de estabilização e retomada do crescimento". Imagina que se os bancos credores não admitirem tal condição, então o governo brasileiro não teria outra alternativa que não seja suspender seu pagamento.

O fundamental desta manobra é que o PT se coloca francamente favorável à negociação da monstruosa dívida. As antigas demonstrações petistas de que a agiotagem financeira dos bancos internacionais traziam atraso econômico e fome para as massas foram completamente esquecidas. Justamente quando o Brasil mergulha na mais profunda onda de recessão e desemprego os reformistas do PT se colocam pelo pagamento da dívida, ressaltando demagogicamente a exigência da retomada do crescimento.

A dívida externa é um instrumento do capital financeiro imperialista para explorar e oprimir as nações atrasadas, que se constituem a maioria no mundo. Dela faz parte a privatização e a abertura do mercado interno a favor das multinacionais. Não é por acaso que o Programa emergencial do PT se coloca favorável a uma reforma fiscal que recupere a

confiança dos especuladores da dívida interna e ao mesmo tempo defende a política de reforma estatal, que conduz a cortes, ou seja, demissão de servidores públicos.

Tal reforma fiscal é tida como ponto de partida de solução dos grandes problemas, quando na verdade o aumento de impostos para cobrir a falência do Tesouro Nacional acoberta a reconhecida sonegação de cerca de 13 bilhões de dólares feita pelo grande capital e a monumental dívida interna parasitária, que só a título de pagamento os capitalistas recebem 16 bilhões de dólares. Isto sem contar a fábula destinada ao pagamento da dívida externa.

A posição do Ministro do Trabalho, Sr. Walter Borelli, de reajustar o salário mínimo para insignificantes 100 dólares depois do reajuste fiscal expressa recomendações do Programa emergencial petista. Os capitalistas e o governo dão um sorriso largo frente à negação do PT de antigas conclusões do Dieese de que, para se elevar minimamente a vida dos trabalhadores, seria necessário implantar o salário mínimo real, que hoje estaria próximo a 450 dólares.

Esta linha de governabilidade pró-capitalista não poderia senão desembocar na posição de pacto social. Assim, o Programa emergencial defende a generalização das Câmaras Setoriais, onde patrões, governo e burocratas sindicais negociariam amplamente a desgraça dos trabalhadores, a exemplo do acordo das montadoras, que favoreceu as multinacionais e manteve as perdas salariais.

Esta política de Entendimento Nacional foi praticada pelos petistas sob o governo neoliberal de Collor, que conduziu a quebra de indústrias e demissões em massa. Pretende-se aperfeiçoá-la como forma de sustentação de Itamar, o que significa evitar que a explosiva crise social dê lugar a uma grande mobilização operária e popular antigovernamental. A conduta do PT tem como consequência anular a ação direta das massas, substituindo-a pelas negociações de gabinetes.

A CUT, dirigida pelo PT, tem refletido esta linha de imobilismo e corrupção política. Quando os trabalhadores mais necessitam de suas próprias forças (greves, manifestações, ocupações) os reformistas trabalham intensamente para sustentar os exploradores através do Entendimento Nacional. Está claro que o Programa emergencial proposto a Itamar é a favor da burguesia e oposto às necessidades mais vitais dos assalariados.

Abaixo o Plano pró-capitalista do PT!

Por uma Campanha Nacional de Luta contra o desemprego, a miséria e a opressão imperialista!

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001**

CUT: Nada de migalhas do governo Itamar

A CUT se encontra totalmente paralisada. As campanhas salariais foram fechadas sem luta. A direção não faz outra coisa senão apresentar ao Ministro do Trabalho formas de amenizar o brutal arrocho do salário mínimo e garantias de emprego. Já no início de novembro encaminhou um conjunto de reivindicações ao governo de Itamar, juntamente com as formas de viabilizá-lo.

Certamente não se colocou pela organização dos trabalhadores para arrancar, através dos métodos próprios da classe, o emprego a todos e o salário mínimo vital. Procura negociar com Itamar e Barelli mecanismos de repor alguma migalha salarial. Essa conduta da burocracia sindical já era esperada. Haja vista o seu papel no movimento pró-impeachment de submeter os explorados à política burguesa dessa frente. Afastado o corrupto Collor em nome da defesa das instituições do Estado burguês (Parlamento e Justiça), restou, aos integrantes desse movimento, a sustentação de Itamar.

A CUT é parte da composição ministerial, pois através do PT indicou Barelli (ministro do governo paralelo de Lula). A sustentação de Barelli deverá ser feita pela CUT. O que significa não chocar frontalmente com as propostas do governo, procurar a via do entendimento nacional, para que não se abra uma crise entre seu interlocutor Barelli e Itamar. Por esse caminho só há a pressão e não a mobilização direta dos trabalhadores.

A independência de classe, princípio elementar de uma Central, foi sacrificada. O que não poderia ser diferente, pois a direção da CUT está sob o controle do PT. Este se encontra até o osso comprometido com a governabilidade de Itamar. Tudo fará para que essa transição pacífica, dentro da

legalidade burguesa, possibilite minimamente as condições para as eleições presidenciais de Lula em 1994. Nessa rota não há enfrentamentos que possam trazer a instabilidade maior do governo. Nesse sentido, a CUT deverá colaborar, não colocando a classe operária e a maioria nacional oprimida no choque frontal com o Estado e suas instituições. A defesa da governabilidade de Itamar significa o silêncio dos trabalhadores numa situação de continuidade da recessão, aumento do desemprego e confisco salarial pelo alto custo de vida.

Essa conduta da direção da CUT deverá ser respondida pelos trabalhadores. O desemprego, a fome e a miséria que ronda a família operária e camponesa não poderão ser solucionados nas negociações que a Central vem fazendo com Itamar. Ao contrário, a luta pelo salário mínimo real de 4 milhões e quinhentos mil cruzeiros e o emprego a todos deverão ser parte da mobilização

geral da maioria contra o governo antinacional e antipopular de Itamar.

O que os trabalhadores deverão exigir da CUT

A vida dos trabalhadores não pode estar nas mãos do governo e dos patrões. A intenção do governo Itamar continuar descarregando a crise capitalista sobre as massas está clara. Qualquer que seja a colaboração com este governo significa se opor à organização e a luta independente.

Por isso, os trabalhadores devem exigir que a CUT rompa com as negociações de cúpula e se coloque por convocar assembleias em todos os sindicatos para se aprovar a campanha nacional de luta. Trata-se de exigir do governo a implantação imediata do salário mínimo de 4,5 milhões de cruzeiros, a escala móvel de reajustes, a reposição de todas as perdas, o fim das

demissões, escala móvel das horas de trabalho e fim das desestatizações.

Para se conquistar estas reivindicações básicas é necessário uma ampla mobilização, que tenha como ponto de partida os sindicatos, os bairros populares e as escolas, centralizados por comandos regionais e nacional, dirigidos pela CUT. A convocação de plenárias de base da CUT é um meio para se estruturar a campanha e organizar tais comandos.

Chega de negociação de cúpula!

Chega de apoio ao governo dos capitalistas!

Pela organização imediata da Campanha Nacional de Luta!

Onde estão as campanhas salariais de luta ?

As campanhas salariais de novembro fecharam sem nenhuma luta. Os sindicatos com data base em novembro, que agrupam mais de 2 milhões de trabalhadores e que já protagonizaram no passado greves unificadas como a de 1985, preferiram não lutar para chegar a uma greve. A paralisia tem uma razão principal: as organizações sindicais, principalmente a CUT, têm se colocado por dar um voto de confiança ao governo Itamar, considerado como progressista e democrático, porque teria saído das mobilizações contra Collor e estaria sob o controle do Congresso Nacional. A indicação de um ministro do Trabalho pelo PT reforçou esse apoio, porque passou a se supor que tudo seria feito para combater a recessão, o desemprego e os baixos salários.

A realidade se opõe a essa farsa: o Ministro Barelli já adiantou que o salário mínimo ficará no patamar miserável dos 100 dólares; os salários não terão reposição mensal das perdas com a inflação e continuarão a despencar; o pró-

prio Barelli é um dos principais articuladores da reforma fiscal que aumentará os impostos. O Ministro do PT está de mãos dadas com o líder do governo e ex-estalinista Roberto Freire para aplicar os pontos do acordo com o FMI.

O apoio ao governo continuista de Itamar, um governo antinacional e antipopular como o de Collor, tem levado as organizações à colaboração de classe e à paralisia, justamente num momento de profundo ataque às condições de vida das massas.

A CUT e os sindicatos devem romper com o governo e se colocar por uma campanha nacional de luta que defenda o salário mínimo de 4 milhões, o reajuste mensal automático de acordo com a inflação (escala móvel) e o fim do desemprego. Os trabalhadores precisam da força da unificação e centralização das lutas. Isso é tarefa de suas organizações sindicais, que para cumprí-la necessitam da independência de classe.

BARELLI E O SALÁRIO MÍNIMO DE FOME

A burguesia brasileira nunca foi capaz de pagar o salário mínimo real para o proletariado, os seus escravos modernos.

Os economistas burgueses procuram mostrar que o salário mínimo de hoje, C\$ 522 mil corresponde a menos que um quinto do salário mínimo pago há trinta anos atrás.

O que não se analisa e não se compara é com o salário mínimo real, cujo valor necessário para uma família de 4 pessoas sobreviver e reproduzir deveria ser de CR\$ 4 milhões (cálculo do DIEESE).

Na década de 50, época desenvolvimentista de Getúlio, o salário pago atingiu em 1959 o patamar de C\$ 2,819 milhões, isto é, 70% do valor do salário mínimo real.

Na década de 60, período da ditadura militar e milagre econômico, conseguido às custas de empréstimos e maior penetração do capital estrangeiro, houve uma redução drástica, atingindo o valor de CR 800 mil, ou seja, 20% do valor do salário mínimo real.

De 70 a 90, com a crise do milagre, vem-se reduzindo mais ainda, mantendo-se na média de C\$ 600 mil, isto é, 15% do salário mínimo real. Finalmente, sofreu uma maior desvalorização nos últimos dois anos durante o governo Collor, chegando a CR\$ 332 mil em abril desse ano, isto é, 8% do salário mínimo real.

Hoje, Walter Barelli, atual ministro do trabalho e porta voz do PT, propõe elevar o salário mínimo de C\$ 522 mil para US\$ 100 (ou CR\$ 1,250 milhão) em

janeiro e reajustado bimestralmente. Isso significa elevar o salário mínimo hoje que representa 13% do valor do real para 27%.

Depois de grande polémica no Congresso em torno do reajuste mensal, Barelli apresenta essa proposta irrisória, alegando que é a única que está de acordo com as posses dos cofres públicos, com o aval do empresariado, e que não é inflacionária.

Como vemos a burguesia, o governo e seus partidos, transformam num cavalo de batalha a discussão em torno do salário mínimo, demorando meses para decretar o valor de fome, mas não faz o mesmo com o aumento de preços, tarifas, etc.

Isso não é à toa, pois o salário é a fonte de sustentação da burguesia através da exploração do trabalho, isto é, acumula-se mais capital às custas do rebaixamento salarial.

O que Barelli não fala é que o que causa inflação não é o aumento salarial e sim a política da burguesia de elevar os preços diariamente. Também não fala que está em marcha uma reforma econômica que facilitará mais ainda o empresariado, com redução de impostos, de juros, e que por isso concordaram em pagar esse salário de fome, isto é, além de garantirem seus lucros, pagando esse salário vergonhoso, terão abatimentos nos impostos, facilidades em empréstimos, poderão continuar demitindo e aumentando os preços, pois são os proprietários das empresas.

O próprio Barelli admite que, "comparando o Brasil com os demais

países do Mercosul, o Brasil é o que paga menor salário e é o que mais beneficia o empresariado, principalmente os setores que tiveram a política de cortes de gastos e custos e que não dividiram com os funcionários, como o automobilístico".

No entanto, com essa fórmula mágica de salário mínimo, que já é pago nos outros países, mostra que não está minimamente interessado em defender a vida dos trabalhadores. Ao contrário, demonstra ser um bom gerenciador dos negócios da burguesia frente à profunda crise capitalista. Não é à toa que os empresários vêm aplaudindo as suas propostas salariais.

Além do proletariado receber o novo salário de fome, que não representa 23% do salário mínimo real, está obrigado também a pagar mais impostos, mais aumento dos preços das mercadorias, tarifas e viver à mercê do desemprego. Tudo isso para sustentar os capitalistas em crise!

A burguesia nacional é incapaz de pagar o salário mínimo real, frente as suas crises capitalistas cada vez mais profundas.

Defender o salário mínimo real de CR\$ 4 milhões com reajuste automático (escala móvel de salários) significa defender a vida do proletariado e dos assalariados.

Só o proletariado é capaz de levar a luta consequente pelo salário mínimo real. É preciso romper com a paralisia do movimento sindical e organizar a luta anticapitalista, para que o proletariado possa assumir a direção das lutas.

Força Sindical dá o voto de confiança ao governo Itamar

Após a reunião com Itamar e os ministros Barelli e Maurício Correa, o arquipelego Medeiros oficializou o apoio da Central ao governo entreguista.

Demagógicamente, Medeiros deu 30 dias de trégua a partir do julgamento do impeachment de Collor. Não é de hoje que vem sustentando os governos antipopulares e antinacionais. Basta lembrar, o seu apreço por Collor, por

Maluf e outros corruptos. Não precisou de muitos lamentos de Itamar para que suspendesse as críticas que vinha fazendo à política econômica do país.

Medeiros tem sido o braço direito do governo e dos patrões no movimento sindical. Age contra a vida dos trabalhadores para sustentar a política de fome e miséria dos capitalistas. Diante de um brutal desemprego e um salário mínimo de

menos de 50 dólares, o vendido Medeiros mais uma vez se aconchega com o governo.

Os trabalhadores não poderão permitir que seus dirigentes vendam suas vidas em troca do aumento da fome e do desemprego. Devem, portanto, rechaçar a conduta traidora de Medeiros e defender a Campanha nacional de luta contra a política entreguista e de miséria de Itamar e seus aliados (os patrões).

Em defesa do estatismo

FORA COM A PRIVATIZAÇÃO DA CSN OCUPAR A FÁBRICA E RESISTIR

Está marcado para o dia 22 de dezembro a privatização da CSN. Depois da Usiminas, a privatização da CSN dará mais um passo decisivo na destruição do poder estatal sobre ramos estratégicos, como a produção do aço, para a economia nacional. É conhecido o papel histórico de siderúrgicas como a CSN, Usiminas, Cosipa para a formação de uma indústria de base sob o controle nacional. A sua privatização responde a interesses estranhos à necessidade do país. Trata-se de uma imposição do capital imperialista e de seus lacaios internos.

Os governos anteriores sucatearam a CSN e favoreceram a grande indústria automobilística com preços do aço subsidiados, a ponto de inviabilizarem-na financeiramente. Agora, se está saneando-a para ser entregue ao capital privado em condições de alta lucratividade.

A massiva demissão de operários e a violenta perseguição às lideranças classistas são parte da reestruturação da CSN, com fins privatizantes. Certamente, uma vez nas mãos do grande capital estrangeiro consorciado com o nacional, mais demissões ocorrerão. A propaganda governamental de que as privatizações favorecem os operários se mostra totalmente falsa.

Por outro lado, o próprio governo Itamar se encarregou de demonstrar que as privatizações foram um verdadeiro presente para os agiotas que especulam com os títulos da dívida interna, que puderam utilizá-los elevando seus valores de mercado. A desestatização comparece como uma jogatina para favorecer grandes grupos econômicos e financeiros, que se utilizam desse recurso para se protegerem da brutal crise capitalista.

PC do B apóia Itamar

O PC do B afirma em seu boletim "Questão de Ordem", de 4 de novembro de 1992, que "...o PC do B se dispõe a apoiar as medidas do atual governo que visem defender a soberania nacional, a democracia e os interesses dos trabalhadores, mas mantendo sua independência e o direito de crítica. Em outras palavras, apoiar e fortalecer o lado positivo do governo Itamar." Além de enfeitar a substituição de Collor por Itamar, desconhecendo completamente as pressões do imperialismo e do grande capital nacional pela remoção de um governo que já não conseguia dar nem mais um passo na aplicação do acordo com o FMI, especialmente no que diz respeito à reforma fiscal, o PC do B ainda declara que apoiará o governo continuísta de Itamar, "em defesa dos interesses nacionais". A posição do PC do B não é apenas de apoio a um governo

O Estado nacional é colocado a serviço de tais interesses antinacionais e antipopulares. Não é por acaso que a cada leilão chove denúncias de subavaliação da empresas estatais, que são praticamente doadas ao capital parasitário. Sem dúvida, o amplo controle pelo grande capital da produção do aço, da petroquímica, fertilizantes, e logo mais do petróleo, energia e da telefonia, fortalecerá a penetração imperialista no país atrasado e semicolonial, como é o Brasil.

A desestatização é parte do aumento da opressão nacional, implementada nos últimos tempos em função da crise estrutural do capitalismo mundial. A política proletária sai em defesa do estatismo como forma de luta antiimperialista e anticapitalista. Por isso, juntamente com a defesa do estatismo, levantamos a bandeira do controle operário da produção. A forma de desenvolver esta luta é ocupando as fábricas.

O êxito do governo em implantar o plano de desestatização está na razão direta da capitulação do PT e das direções sindicais burocratizadas. Para obscurecer sua responsabilidade, os burocratas pelegos têm se limitado a alguns protestos inócuos.

Para se barrar a marcha privatizante, é necessário levantar uma frente revolucionária antiimperialista, que congregue a maioria nacional oprimida contra os planos neoliberais. Somente um movimento generalizado de todo o país, que tenha por base a ocupação e a resistência das fábricas contra as privatizações, poderá quebrar a espinha dorsal das exigências dos credores internacionais e dos especuladores internos.

burguês, o que já por si só seria incompatível com um partido que se reivindica da classe operária. É a de apoiar um governo burguês que encarna a linha do imperialismo de destruição das forças produtivas (recessão, baixos salários e desemprego) e de entrega nacional (privatizações, abertura do mercado interno). A tática de apoiar às medidas positivas e criticar as negativas é típica de partidos parlamentares e não do partido da revolução proletária. A classe operária e as massas oprimidas, para enfrentar a opressão nacional e social, necessitam de total independência política em relação à burguesia, seu governo e partidos. O PC do B, ao alimentar ilusões no governo antinacional e antipopular (talvez mais suas que das próprias massas) contribui para sustentar a dominação burguesa e a sangria do país pelo capital estrangeiro.

Quércia se safar da CPI

QUE AS MASSAS JULGUEM OS CORRUPTOS ATRAVÉS DOS TRIBUNAIS POPULARES !

O ex-governador de São Paulo Orestes Quércia conseguiu se safar da CPI que investigava a privatização da VASP. Apesar de todas as provas materiais apresentadas, a CPI controlada pelo PMDB inocentou Quércia. As provas de que a venda da VASP não passou de um negócio entre amigos e que seus reais donos seriam Quércia e PC Farias eram contundentes. Com menos evidências, chegou-se ao impedimento de Collor. Por quê?

Porque essas Comissões Parlamentares de Inquérito estão sob o controle das frações mais poderosas da burguesia no Congresso, no caso o PMDB. Quando o PMDB passou a defender a saída de Collor é que a CPI chegou a expor toda a corrupção da quadrilha do Planalto. Mas quando o investigado foi o seu presidente, o PMDB impôs um relatório que inocentou Quércia.

De nada adiantou o PT, PSDB, etc baterem o pé.

Essas CPIs só servem aos interesses das frações burguesas em choque. Não se movem de acordo com a pressão popular ou com princípios "éticos", mas de acordo com os mesquinhos interesses burgueses. Jamais a burguesia julgará de fato a si própria.

Para julgar realmente a corrupção, mas não só ela, também a opressão, a fome que nos é imposta, o assassinato de crianças e todos os outros crimes da burguesia e de seu governo, é preciso colocar as massas para fazê-lo, através de sua ação direta. Defendemos que os Tribunais Populares, forjados pelos organismos de luta das massas e não apenas representações teatrais, julguem e punam a burguesia corrupta e seu governo.

FLEURY, ASSASSINO ABSOLVIDO PELO PARLAMENTO CORROMPIDO

No dia 03/12, a CPI da Assembléia Legislativa aprovou por ampla maioria e deu por encerrada a discussão do relatório elaborado por Vicente Botta (PSD), que considera "excessos na ação policial" e não cita culpados e nem graus de responsabilidade pelo massacre ocorrido na casa de detenção. Dessa forma, conclui "que cabe aos inquéritos instalados pelas Polícia Militar e Polícia Civil indicar os responsáveis".

Assim, além de não admitir que houve um massacre, considerar corretos os espancamentos e assassinatos dos detentos desarmados, transfere a apuração dos responsáveis aos próprios espancadores e assassinos diretos.

Não há como isentar o fascista Fleury por esse massacre, pois o próprio relatório do CDDPH (Comissão de Direitos da Pessoa Humana), entregue ao ministro da justiça, mostra que a Polícia Militar Paulista mata 42 vezes mais que a Polícia Militar de Nova Iorque, concluindo que houve massacre e responsabilizando indiretamente Fleury. Até na França, quando foi pedir empréstimo ao FMI, Fleury foi recebido com ato de protesto contra a chacina.

Esse resultado inocentando Fleury já era esperado, uma vez que a CPI instalada é composta pela maioria dos partidos burgueses PMDB, PTB, PFL, PSD e portanto, é parte do parlamento corrompido, representante da burguesia oprimida. Por isso não pode julgar-se a si própria.

A profunda crise capitalista tem desagregado as famílias trabalhadoras, jogando milhares de assalariados na miséria, na marginalidade, com o arrocho e o desemprego.

A burguesia não tem solução para as crises sociais decorrentes da crise econômica que se aprofunda, por isso está obrigada a exterminar fisicamente uma parte dos marginais, criados por ela mesma.

O julgamento com a punição devida para os mandantes e assassinos deverá ser feito pelos próprios assalariados, através dos tribunais populares, formados a partir das assembleias sindicais, populares, etc.

Cabe à CUT denunciar essa CPI fraudulenta e iniciar a campanha pela formação dos tribunais populares.

Em defesa da ocupação de terras da Usina Massauassu

No dia 19 de outubro, por volta de 900 pessoas, ocuparam as terras litigiosas do engenho Araubá de Baixo de propriedade da Usina Massauassu, no município de Escada em Pernambuco.

Essa Usina estava já falida e fechada há mais de dois anos. O proprietário deve ao governo do Estado e ao Bandepe 500 bilhões de cruzeiros. Mesmo assim, o governador não conseguiu expropriar suas terras.

A maioria dos trabalhadores rurais que ocupou a área é proveniente dos engenhos da região, que não consegue trabalho fixo desde que essa Usina parou de moer. Os outros ocupantes vieram devido os baixos salários, que têm inviabilizado a sobrevivência mínima. Portanto, foi a fome e a miséria que empurraram esse grande contingente de trabalhadores a ocupar essas terras abandonadas.

O governador de Pernambuco tem feito promessas de desapropriação de 881 hectares desse engenho para o assen-

tamento dos ocupantes. Porém, até agora nada de concreto. O que há de verdadeiro é que o proprietário colocou pistoleiros na área e move uma ação na justiça para o despejo.

A ocupação e a resistência constituem a defesa da vida dos trabalhadores rurais, vítimas da miséria e do desemprego que assola o Nordeste. Aos ocupantes não há outra saída senão resistir à ação de despejo. Não há que confiar nas promessas do governador, pois se quizesse já tinha motivos de sobra para tomar as terras do proprietário que não paga os impostos. Desapropriar a terra sem indenização é o mínimo que se exige do governo para um empresário que já deve meio bilhão de cruzeiros.

O Comitê contra as condenações e prisões políticas de Diadema apoia a luta dos trabalhadores rurais do engenho Araubá de Baixo e chama os sindicatos, a CUT e movimento popular a se solidarizarem efetivamente na resistência dos ocupantes.

MORRO DO SAMBA PODERÁ TER NOVO CONFLITO

As 311 famílias que ocuparam a área particular no carnaval de 1990 estiveram para ser despejadas logo após o conflito da V. Socialista. A organização dos trabalhadores independente, levantando o método da auto-defesa aliado a todo movimento de apoio que se formou, bem como a possibilidade de um novo confronto como ocorreu na V. Socialista, fez com que o governo do Estado assinasse o decreto 33.219 de 30.04.91, considerando a área de interesse social para fins de construção de conjunto habitacional. Esse decreto suspendeu o despejo apenas temporariamente, uma vez que o governo se propõe a remover o pessoal do Morro do Samba para os apartamentos em construção dentro da área da V. Socialista.

Os moradores não querem abandonar suas casas construí-

das de alvenaria, pois o governo se nega a indenizá-los e propõe que os apartamentos sejam pagos em 25 anos.

Ocorre que esse decreto de interesse social caduca em 2 anos, isto é, perderá a validade em 30.04.93, colocando assim novamente a ameaça de despejo.

Os ocupantes estão se organizando e pedem o apoio de todos, pois morar é um direito básico e a ocupação foi a forma encontrada para as famílias sobreviverem e criarem seus filhos, diante dos aluguéis que não conseguem pagar. A resistência faz parte dessa luta.

Por terra e teto para todos!

ENCONTRO DOS MENORES DE RUA COM MINISTRO DA JUSTIÇA

No dia 20.11, em Brasília, cerca de mil crianças e adolescentes que participaram do terceiro encontro dos meninos e meninas de rua, fizeram uma passeata contra o não cumprimento do Estatuto da Criança, os assassinatos de menores de rua no país e a impunidade. Em seguida, numa comissão formada por menores de rua, 4 crianças holandesas e a deputada

Maartje van Putten, do parlamento europeu, dirigiram-se ao ministro da justiça para levar várias reivindicações, sendo as principais: escolha, atendimento nos postos de saúde, medidas contra a AIDS e a mortalidade infantil, apuração dos assassinatos de vários menores que participavam do movimento, etc.

Como conclusão, o Ministro da Justiça, o único a receber os menores, prometeu estudar os fatos através de um órgão criado para isso, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança.

É claro que o governo sabe que existem no Brasil mais de 7 milhões de crianças e adolescentes que são menores de rua e que muitos são assassinados diariamente, pela polícia e pelos grupos de extermínio. Por isso, o Estatuto do Menor não passa de mais uma carta de intenção.

Diante da profunda crise econômica, o número de menores de rua vem aumentando diariamente, à medida que a burguesia paga um salário mínimo de CR\$ 522 mil e joga milhares de famílias trabalhadoras no desemprego. A existência dos grupos de extermínio é uma manifestação natural do capitalismo decadente.

A solução desses problemas depende do movimento operário. Por isso é preciso que o movimento operário tome o problema em suas mãos, numa campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real, do emprego, de teto e terra para todos, etc., como parte da luta anti-capitalista.

Têxteis: — Campanha Salarial

Logo após a campanha salarial a diretoria do Sindicato vem com toda a pompa dizer que conseguiu zerar as perdas, que conseguimos aumento real e que vencemos a lei salarial do governo. Será?

Os pelegos disseram que o reajuste é de 1.295,83%. Porém é sobre o salário de novembro do ano passado. O que significa um reajuste de míseros 100% com relação ao nosso último salário. O tão falado aumento real não passa de 5% para uma inflação de 25% ao mês. Isso não dá nem para uma semana. Se o governo reajustar o salário mínimo para 100 dólares, o nosso reajuste ficará defasado, muito atrás de outras categorias que também estavam em campanha salarial nesse período.

A burocracia sindical também se gabou de ter conseguido a antecipação bimestral para as faixas que ganham até 10 salários mínimos, o que na realidade já vinha sendo praticada na maioria das fábricas têxteis, uma vez que se tornou impraticável o reajuste quadrimestral do governo com uma inflação de mais de 25% ao mês. Na verdade, a única forma de proteger os salários é a implantação da escala móvel de reajustes, que quer dizer reajustes automáticos de acordo com a inflação.

É importante verificar que a tática utilizada de fazer greves isoladas em algumas fábricas da categoria ao invés de se fazer um movimento que potenciase a união dos trabalhadores, numa grande greve geral da classe, com certeza teríamos um reajuste melhor do que este.

A direção do sindicato acha que somos tontos. Utiliza a colônia de férias e o campeonato inter-fábrica para distrair a atenção dos reais problemas da categoria, principalmente o arrocho salarial e o desemprego.

Para evitar que a cada ano continuemos a lamentar os péssimos acordos assinados pelos pelegos, é preciso organizar uma direção classista. Uma direção enraizada nas fábricas, que tenha por base a organização das comissões fabris, formando uma verdadeira organização inter-fábrica. Só assim poderemos enfrentar a superexploração do trabalho e a opressão patronal dos têxteis, que é violenta.

Têxteis: doenças profissionais

Se não bastasse a necessidade de lutar contra o desemprego e os baixos salários, temos ainda de enfrentar o crescente surto de doenças profissionais, que arrebentam com a saúde e a vida dos trabalhadores.

Os patrões costumam dizer que as fábricas são seguras e que os operários estão bem protegidos. Na verdade os produtos tóxicos, aliados às más condições de trabalho, como o excesso de ruídos e iluminação inadequada, trabalhos repetitivos, levantamento de pesos, etc acabam provocando sérias doenças.

Em seções como a preparação, rings, a fiação em geral, tecelagem provocam grandes lesões auditivas devido aos ruídos. Sem que os operários saibam, a alta vibração causa pressão alta (hipertensão), dores de cabeça crônicas, irritação constante, podendo causar abortos, como ocorre frequentemente com as operárias têxteis.

Os patrões procuram enganar comprando plugs e fones abafadores. Entretanto, os melhores fones só absorvem 40% do barulho. Quanto à vibração não surtem nenhum efeito, pois esta penetra pelo corpo todo, sendo absorvida pelos ossos. O que causa sérios danos à saúde (inclusive úlceras e gastrites).

Outro problema comum acontece nas tinturarias com os corantes a base de anilinas ou de tintas escuras (onde existem chumbo e outros metais pesados), provo-

cando problemas gastro-intestinais e neuro-psicológicos (reflexos lentos, falta de memória).

A contaminação com chumbo pode se dar também com aqueles que trabalham na solda, principalmente de estanho.

Nas seções onde fazemos muitas vezes a mesma operação, chamado de esforço repetitivo, podem aparecer problemas nas músculos (tenossinovite nos tendões da mão, bursites nos ombros, etc.), que senão tratados logo não terão mais cura.

Com todos esses problemas, o trabalhador têxtil em pouco tempo se torna sucata humana. Enquanto isso, os capitalistas se enriquecem cada vez mais explorando nossa força de trabalho. A direção do sindicato, da mesma forma que não organiza os trabalhadores para lutar contra o desemprego e a carestia, também não mexe uma palha para combater as doenças profissionais. As Cipas, por sua vez, na sua maioria são controladas pelos patrões e nada fazem. É necessário que organizemos verdadeiras comissões de fábrica que mobilizem unitariamente os trabalhadores contra toda essa situação.

Companheiros, participe da campanha da oposição têxtil contra o desemprego e o arrocho e em defesa das condições de trabalho.

Defender o ensino público e gratuito na PUC São Paulo

A greve de 60 dias na Pontifícia Universidade Católica expôs a principal contradição do ensino privado. Os estudantes devem pagar altas mensalidades e professores/funcionários têm de arcar com a superexploração do trabalho (arrocho salarial). Os custos da educação aumentaram muito acima das condições de pagamento de uma camada da classe média assalariada, que vem se arruinando juntamente com a crise econômica capitalista.

No passado, a PUC era tida como uma exceção no quadro das universidades e faculdades particulares. De um lado, cobrava as mais baixas mensalidades, de outro mantinha uma qualidade de ensino relativamente superior. Mesmo quanto às condições de trabalho, chegou a se diferenciar pela contratação de horas de trabalho, mais favorável do que o contrato espoliador da hora/aula, objetivando inclusive a adoção do tempo exclusivo de trabalho do professor, o que não chegou a ser implantado.

Estas vantagens que serviram para obscurecer o papel da Igreja de sustentação do sistema privado de educação foram desfeitas com a explosão da crise financeira da Instituição. Ocorre que a Fundação São Paulo e as Reitorias pretendiam recuperar o sistema de subsídio governamental. Na gestão do Reitor Wanderley, se procurou implantar o chamado sistema misto de gestão privado e estatal. Uma forma de disfarçar o carreamento de verbas públicas para a Universidade Católica. No mesmo período, uma parcela de professores, funcionários e estudantes desencadeou um movimento pelo ensino público e gratuito. Em plebiscito, a grande maioria se posicionou favorável à estadualização da PUC em contraposição ao sistema misto. Entretanto, nenhuma das posições pôde avançar.

Depois de um breve período de equilíbrio financeiro artificial, a greve de 60 dias fez ressaltar a velha contradição. Ou a PUC será amplamente mercantilizada, tornando-se uma empresa lucrativa, à base de altas mensalidades e arrocho salarial, o que inclui fechamento de cursos deficitário do ponto de vista empresarial, ou se transformará numa Universidade pública e gratuita. Setores privatistas argumentam que os estudantes pagam uma mensalidade muito baixa, considerada do ponto de vista do mercado, chegando a comparar com as mensalidades do grau médio que estariam bem acima das da PUC. Para eles, não importa que uma parte dos estudantes não tenha condições de pagar e não importa também o fato

do valor de mercado das mensalidades estar determinado pela alta lucratividade empresarial. Mais do que isso não importa que o acesso à educação se torna cada vez mais restrito às camadas mais altas da classe média e à burguesia. Se este problema já é grave no grau médio, ao nível universitário é simplesmente catastrófico.

A crise da PUC é parte da crise do sistema nacional de educação do país. O Estado vem se livrando da responsabilidade de financiar a educação pública e o fortalecimento do sistema privado tem se encarregado de mercantilizar a educação a ponto de se tornar um privilégio aristocrático. Não é por acaso que a Fundação São Paulo, mantenedora da PUC, tem por meta fechar cursos, demitir professores/funcionários, reduzir o quadro de alunos e favorecer os cursos rentáveis, que ainda atraíam estudantes abastados.

Esta política educacional está de acordo com as tendências gerais do Estado burguês, que vem sucateando a escola pública e protegendo o sistema empresarial de ensino. O mais grave de tudo é a incapacidade do setor mais avançado do movimento docente-estudantil compreender esta contradição de base e se colocar abertamente pela bandeira do ensino público e gratuito.

Depois da greve de 60 dias, com um resultado medíocre do ponto de vista econômico e com a elevação das mensalidades acima do admitido pelos estudantes, inclusive com sua utilização pela Fundação para golpear o vestibular, se levantou a campanha por uma PUC grande, de qualidade e democrática, sem se questionar seu caráter privado e sem se colocar a defesa do ensino público e gratuito. Isto significa que as lideranças ainda alimentam a ilusão no ensino particular. Não há dúvida de que a mentalidade privatista e conservadora existentes no meio universitário da PUC é um obstáculo. Entretanto, são os fatores da própria crise projetados nessa longa greve que justificam a necessidade de se desenvolver desde já a perspectiva do ensino público e gratuito, sem a qual não se pode amadurecer as condições para uma unidade futura dos três setores (estudantes, professores e funcionários) para enfrentar a ofensiva mercantilista da Fundação.

Os estudantes têm reivindicado a realização de um congresso universitário para o primeiro semestre de 1993, para se tratar do problema da crise. Trata-se de uma iniciativa correta que deverá ser trabalhada sob a ótica da crise estrutural da educação e da defesa do ensino público, laico e gratuito.

Compra de vagas nas escolas particulares

Em fins de novembro o Ministro da Educação Murílio Hingel anunciou que o governo Itamar planeja comprar 40 mil vagas nas escolas privadas do primeiro grau. Trata-se de um sistema já estabelecido denominado Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Tal sistema já chegou a subvencionar mais de um milhão de vagas.

O Ministro Hingel objetiva reativar tal mecanismo. Justifica que há um déficit na escola pública de primeiro grau. Segundo o Ministro, seria mais vantajoso aplicar 12 bilhões de cruzeiros do orçamento (hoje valendo 93 bilhões) para compra de vagas do que abrir novas escolas. O cálculo de que o custo do aluno na rede CNEC é de 190 mil por mês, enquanto na rede pública o custo chega a três milhões, mal dá para disfarçar a intenção de fortalecer os

empresários do ensino e enfraquecer a rede estatal.

A verdade dos números é bem outra. "Na cidade de São Paulo um aluno custa à prefeitura 426 mil mensais. Na rede privada os pais pagam em média mensalidades de um milhão" (Estado de São Paulo). Segundo outros cálculos, o governo Federal poderia abrir 50 mil vagas permanentes, com muito menos do que pretende gastar com as 40 mil no ensino particular.

Fica evidente a orientação contrária ao ensino público e gratuito do governo de Itamar. Há que se responder com a campanha nacional em defesa da escola única, pública e gratuita. A forma inicial de solução da crise da educação começa não por comprar vagas mas sim confiscar a rede privada de ensino em favor do acesso dos trabalhadores à educação.

Fortaleza

Eleições para o DCE da UECE O significado da vitória estalinista

As eleições para o DCE da Universidade Estadual do Ceará, ocorridas no início de novembro, deu a vitória proporcional para a chapa do PCdoB ("Pro que der e vier") (7 diretores) e do PT ("Alguma coisa está fora da ordem") (7 diretores). A chapa "Liberdade e Luta", composta por membros de Causa Operária, PLP e outros agrupamentos, ficou com 5 diretores.

Esta composição demonstra que se dará uma aliança entre os estalinistas do PCdoB e os socialdemocratas do PT, que dirigirão de fato o DCE. Resta-nos saber se a oposição Liberdade e Luta será capaz de se diferenciar político e praticamente. Isto implica numa luta sem trégua contra as posições pró-burguesas da maioria da direção e um trabalho sistemático de mobilização da base estudantil.

Pelas posições eleitoreiras de Causa Operária, fica-nos a dúvida da capacidade de ação cotidiana na organização independente dos estudantes contra o estrangulamento socialdemocrata e estalinista do DCE. Entretanto, somente os fatos comprovarão tal temor.

O tremendo esvaziamento do processo eleitoral, que obrigou a se adiar as eleições por duas vezes, e o desinteresse das bases em relação aos debates políticos demonstram o caráter superestrutural das chapas e a ausência do trabalho orgânico no seio estudantil.

Passadas as eleições, permanecem colocados problemas centrais como a resistência ao sucateamento da UECE, ao objetivo de privatização do governo Ciro Gomes, ao pagamento de taxas que se elevaram violentamente, a ausência de quase uma centena de professores e à meta de fechamento de cursos de humanas, considerados secundários. A luta pela autonomia universitária terá um destaque, como parte da defesa do ensino público e gratuito.

Crítica programática às chapas

Sem dúvida, uma linha divisória separou a chapa "Pro que der e vier"/"Alguma coisa está fora de ordem" da "liberdade e Luta". O PT e o PCdoB estão aliados no apoio crítico ao governo de Itamar, que nem de longe rompe com a linha neoliberal de Collor. Enquanto que Liberdade e Luta conclama a não confiar no governo burguês.

Entretanto, há um ponto central na plataforma de Liberdade e

Luta que a caracteriza por posições pequeno-burguesas democratizantes. Convoca os estudantes a lutarem contra Itamar com a bandeira de convocação de eleições gerais. Assim se pronuncia: "Fazemos um chamado à juventude, particularmente aos estudantes e bravos lutadores da UECE a se juntarem conosco na luta por eleições gerais já...".

A chapa refletiu as posições democratizantes do esquerdista Causa Operária que formulou, frente à crise do regime político, a bandeira de dissolução do Parlamento e convocação de eleições gerais, para resolver o impasse criado com o escândalo da corrupção de Collor. Por essa visão, a bandeira do "Fora Collor" foi condicionada pela solução democrático-burguesa de convocação de eleições gerais, o que quer dizer que Causa Operária não se colocou no terreno da via revolucionária de derrubada do governo burguês, por isso foi incapaz de assimilar a campanha do POR pela convocação dos Tribunais Populares.

Ao mesmo tempo, a chapa oposicionista Liberdade Luta fantasia os acontecimentos ocorridos com o impeachment, ao caracterizar na plataforma que houve uma derrubada do governo como produto da intensa mobilização popular, quando na realidade as pressões populares estiveram canalizadas por uma das frações burguesas empenhada no afastamento contitucional e pacífico de Collor.

Este dimensionamento incorreto da pressão popular e seus resultados são consequências das posições democratizantes de Causa Operária. O conjunto dessas posições explica porque Liberdade e Luta não colocou claramente a estratégia política do proletariado para o movimento estudantil, que é a defesa da revolução e ditadura proletárias. Nem de longe levantou as tarefas antiimperialistas, sem as quais a defesa da autonomia universitária e do ensino público e gratuito se tornam pura demagogia.

A aliança operária-estudantil não pode ser omitida em hipótese alguma na luta pela direção e no combate ao estalinismo e a socialdemocracia petista. Construir uma nova direção para o DCE significa desenvolver a política proletária no meio estudantil e não a política democrático pequeno burguesa, como se caracteriza a plataforma de Liberdade e Luta.

Congresso da CNTE

No início de janeiro será realizado o Congresso da CNTE. A Corrente Proletária na Educação inscreveu a tese "Educação em Luta". Apresentaremos um problemas centrais da tese, que é a questão educacional:

A falência da educação no Brasil tem sua raiz na profunda crise econômica que assola o país. Diante do avanço da recessão mundial, a escola só pode refletir o bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas. Nos países semicoloniais, como o Brasil, as consequências são brutais, devido ao atraso econômico ao qual estão submetidos. Assistimos a marginalização crescente da população ao acesso à escola. Não é por acaso que há 30% da população economicamente ativa com no máximo 2 anos de

escolaridade. Fato que se agrava quando verificamos que a taxa de analfabetismo no campo chega a 50%.

A política neoliberal do governo tem como objetivo a privatização dos serviços públicos (saúde e educação). O governo, para atender as metas impostas pelos credores externos, se vê obrigado a reduzir os gastos com a educação. Consequentemente excluindo, ainda mais, uma grande maioria da população, abrindo o caminho para os setores privados e beneficiando as camadas sociais mais privilegiadas.

Como se vê, a escola pública, gratuita a todos se torna incompatível com a política recolonizadora dos países imperialistas. Os governos nacionais ao aplicarem o liberalismo econômico entreguista e antinacional

encarnam a via da destruição da escola gratuita. A recessão (fechamento de fábricas e desemprego em massa) e o arrocho salarial (salário mínimo por volta de 60 dólares) empurram, necessariamente, grandes contingentes de jovens e crianças para fora da escola. Permanecer na escola por vários anos se tornou um luxo para os filhos de camponeses pobres, operários e trabalhadores desempregados. Portanto, um país em profunda crise econômica só pode ter uma escola decadente. Para que formar mão de obra se não há emprego? Para que servem as descobertas científicas se não aplicabilidade? Como permanecer horas e anos na escola se a sobrevivência fala mais alto?

A burguesia nacional e seus governos

são incapazes de superar esses graves problemas educacionais. Limitam-se a reformas administrativas e pedagógicas sem contudo tocar em sua raiz. Inúmeros projetos de escola já foram criados, como por exemplo, os cieps, ciacs, escola-padrão, cefam e ciclo básico, mas já nasceram fracassados enquanto possibilidades de eliminação do analfabetismo, evasão escolar e repetência. Essas reformas, na sua grande maioria, financiadas pelo imperialismo (Banco Mundial, BIRD), trazem embutidas as metas propostas pelos credores. São, portanto, de caráter extremamente restritas a uma parcela minoritária da população e atendem às necessidades de manter a escola separada do objetivo de produzir o conhecimento científico vinculado à produção social.

Os reformistas (petistas) ludibriam os trabalhadores com as emendas aos projetos privatistas do governo. Os enxertos propostos à LDB por parte da burocracia sindical e pelo PT atestam o compromisso com a manutenção e aplicação do neoliberalismo. Cumprem o papel de amenizar os efeitos mais duros de tal política. Colocam-se contra a extinção da rede privada de ensino e, por outro lado, não querem que o governo continue subsidiando aleatoriamente o ensino mercantilizado. Procuram unicamente estabelecer regras de utilização das verbas públicas na rede privada. Ao não tocar no ensino particular, em nome da liberdade de escolha, colaboram com o capital em detrimento da escola pública e gratuita e das massas.

A defesa de único sistema escolar, fi-

nanciado pelo Estado, e com a autonomia integral de ensino é parte da luta em defesa do estatismo (não privatização das estatais, não abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, etc), por isso se choca com a conduta dos reformistas e da burguesia nacional, incapazes de levar a fundo a luta antiimperialista. A educação é um elemento integrante da política liberal entreguista do governo e, desta forma, inseparável da defesa das empresas estatais e dos serviços públicos gratuitos.

A criação de uma só rede de ensino estatal é a forma de estender a todas as classes sociais, sem nenhuma discriminação, o acesso à escola. É a forma de se opor radicalmente à mercantilização da educação e tirar das mãos dos setores privatistas, inclusive religiosos, o destino do ensino. Por isso, nos colocamos contra a LDB que assegura a permanência da rede privada e isenta o Estado do papel fundamental de manter economicamente o ensino.

Das mãos do governo, Parlamento e dos partidos burgueses não teremos uma escola nova, diretamente vinculada à produção social. A farsa da escola-padrão de Fleury, os Cieps de Brizola e os Ciacs de Collor atestam a incapacidade dos governos de superarem a falência do ensino. Não resolvem porque não podem se opor à contradição fundamental da sociedade capitalista, ou seja as forças produtivas coletivizadas e a apropriação privada. Por isso, dizemos que o acesso a todos a escola está diretamente vinculado a luta contra a exploração do trabalho.

As reivindicações democráticas de es-

cola única, gratuita, laica e autônoma e a luta pelo salário mínimo real a todos os trabalhadores se constituem num meio de mobilização das massas oprimidas para impor derrotas ao governo antinacional. É da experiência concreta que os educadores, pais e alunos elevam o grau de consciência e organização para liquidar o regime responsável pela destruição dos serviços públicos. É desta maneira que a luta de classes atua no campo da educação. Isto é, as mudanças radicais no ensino dependem das transformações que tenham lugar na luta de classes. A necessidade histórica de transformar totalmente a escola corresponde a mesma da superação da sociedade dividida em classes, ou seja, é parte da revolução proletária. É desde já que lutamos por concretizar essa escola e é no bojo da mobilização geral que iremos impô-la.

Nesse sentido, é que defendemos a escola única, a extinção da rede privada de ensino sem indenização, nenhum convênio com as empresas privadas, nada de compra de vagas pelo governo no ensino particular, total financiamento pelo Estado, acesso a todos à educação, melhorias nas condições de trabalho e ensino, autonomia integral (somente os pais, alunos e educadores podem decidir sobre a educação) e uma escola onde não haja a separação entre o manual e o intelectual, vinculada diretamente à produção social. A conquista dessas reivindicações implica a derrota da política neoliberal do governo e a conduta traidora dos reformistas.

POLÊMICA

Convergência Socialista (CS)

Qual é sua verdadeira política?

No seu jornal de 3/12, a CS critica o Programa de Emergência do PT, proposto como base de negociação política com o governo Itamar. Com toda razão afirma que o PT "se une ao discurso neoliberal mais reacionário para defender que o arrocho salarial o funcionalismo é necessário...". Em seguida, indignada, diz "Agora, para a vergonha dos petistas, é Lula quem propõe as Câmaras Setoriais como organismos permanentes de gestão da crise, destruindo a independência dos sindicatos, que seriam cooptados para a administração capitalista".

Esta crítica, para quem sempre venerou o PT e se negou a caracterizá-lo como partido aburguesado, parece ser mais um jogo conjuntural pós-eleições municipais, perante as quais a CS defendeu o voto no PT.

No mesmo artigo, a CS chama os petistas a fazerem como os militantes da CUT pela Base que romperam com o partido quando Lula foi à televisão e apoiou o candidato da família Maia, conhecidos latifundiários do Nordeste. É preciso acrescentar que o mesmo Lula saiu em amores com o reacionário

dono do Globo Roberto Marinho, bem antes das eleições, e a CS nem por isso chamou o voto nulo, rompendo com o PT.

O fato é que por detrás da crítica se esconde a tática oportunista de ora apoiar ora se distanciar. Ninguém deve se surpreender se logo mais a CS não sair com mil elogios para "o governo dos trabalhadores do PT".

Se neste número do Jornal ataca o neoliberalismo do PT e o apoio de Lula aos Mais, duas semanas antes traçou sua linha para as eleições de 1994: "nestas páginas defendemos a necessidade de lutar por um governo de Lula, apoiado nos sindicatos, independente da burguesia, que avance na ruptura com a burguesia e o capitalismo(...). Apesar de nossas diferenças com o PT, queremos lutar junto aos petistas por um governo de Lula rumo ao socialismo".

Ora, qualquer militante ou trabalhador politizado se perguntaria: como é que a CS em poucos dias passa do apoio a Lula e ao PT, em nome da independência de classe e do socialismo, para a crítica de que Lula é reacionário que apoia a família oligarca dos Maias?

A CS convoca os petistas honestos a romper com o PT e nós convocamos a direção da CS a explicar aos seus militantes sérios onde está sua honestidade e de princípios políticos?

A ETCD DOS TRABALHADORES OU O SUCATEAMENTO E A PRIVATIZAÇÃO

Desde o início da constituição da Empresa de Transporte Coletivo de Diadema (ETCD) se colocou na ordem do dia o controle desta pelos funcionários e usuários. Ocorre que, já nesta época, o prefeito Gilson Menezes de forma autoritária e patronal retirou o projeto da câmara por duas ocasiões, tendo em vista que o movimento popular unificado desta época pressionava os vereadores pela votação do projeto, que criava a empresa sob o controle dos usuários e funcionários.

Para isto se discutiu que a empresa seria dirigida por um conselho deliberativo com poderes de indicar e substituir a diretoria da empresa, inclusive o presidente. Esta defesa se tornou numa ofensa para o então prefeito Gilson, assim como é um crime para o atual prefeito e seus assessores, e aí está o centro do problema. Desta forma, o conselho ficou totalmente figurativo, uma vez que quem manda na empresa é o prefeito e a diretoria indicada por ele e só o prefeito pode demitir esta diretoria. Isso mostra, com clareza, porque o conselho aprovou uma tarifa de CR \$ 3.000 e, no entanto, o prefeito e a direção da empresa impôs os CR\$ 3.500.

Também a forma como são eleitos os conselhos não garante sua independência, pois permite a presença marcante do poderio da máquina da prefeitura e o poder econômico de eleger os representantes em nome da população, como mostra a posição de uma conselheira que defendeu o valor da passagem em CR\$ 6.000, em nome da população e da própria direção da empresa, que diz que a tarifa real seria de CR\$ 4.200,00.

Ora, se o dinheiro da tarifa for para sustentar uma infinidade de chefes, de parasitas, ainda sem que os trabalhadores da empresa e os usuários controlem as finanças (entrada e saída de dinheiro) sem que o prefeito pague a dívida que ele tem com a empresa de CR\$ 10 bilhões, ainda com os constantes aumentos do petróleo, sendo que os salários dos usuários estão congelados, com uma inflação de 25% ao mês. O aumento da tarifa diante desta situação é obrigar os trabalhadores a andar a pé e aumentar a fome dos usuários e seus familiares.

Assim como o conselho delibe-

rativo da ETCD não tem independência com relação ao estado burguês (prefeitura), a comissão de garagem que se está formando não indica que terá a mesma independência, a menos que os funcionários da empresa se organizem em uma fração revolucionária e torne as assembleias soberanas.

Vejamos. Faz mais de 6 meses que a assembleia elegeu uma comissão provisória para encaminhar a discussão do programa e a eleição da comissão de garagem. Até agora só ficou em reuniões e as lideranças que se colocam na formação desta comissão só andam se a diretoria da empresa e a diretoria burocrática do sindicato permitir. Desta forma, a vontade das assembleias dos trabalhadores de contruírem a comissão fica na dependência do patrão e dos burocratas.

A tarefa colocada

Cabe aos trabalhadores da ETCD se libertarem destas lideranças e construir uma direção que expresse o interesse do conjunto dos condutores da ETCD e que entre para organizar a categoria como um todo, capaz inclusive de contrapor aos burocratas que dirigem o sindicato, não somente numa luta pelo poder do aparelho, mas sim, para que a vontade instintiva dos condutores se imponha.

Para isso os trabalhadores em assembleia devem escolher os melhores companheiros para compor a chapa para a comissão, bem como marcar prazo para registro dos mesmos e a data da eleição e no máximo comunicar a diretoria da indicação. Assim andar por conta própria, ter vida.

É lógico que, para dirigir a luta e enfrentar os patrões, e os burocratas, é preciso um certo grau de conhecimento e este conhecimento só será possível, se se organizar a fração revolucionária dos trabalhadores da ETCD e dos condutores em geral.

- Pela empresa estatal e sob o controle dos trabalhadores e usuários

- Por um conselho deliberativo que indique e substitua inclusive o presidente da empresa e do qual os funcionários têm que ter maioria.

- Por uma comissão de garagem independente dos patrões e dos burocratas.

Venezuela GOVERNO SOCIALDEMOCRATA EM COMPLETA CRISE

A segunda tentativa de golpe militar realizada em fins de novembro, com um saldo de mais de uma centena de mortos, refletiu o completo esgotamento do governo socialdemocrata de Carlos Andrés Pérez, aliado político de Leonel Brizola.

A Venezuela tem sido elogiada pelo fato de ter preservado a democracia, quando no passado recente a maioria dos países latino-americanos estava sob a tutela de ditaduras militares sangrentas. Agora, entretanto, a desestabilização do regime político é um reflexo da profunda crise econômica e social.

Se no período de 1974-1978, Andrés Pérez ganhou grande popularidade nacionalizando a florescente indústria do petróleo, nesse momento conta com o ódio popular pelo fato de ser responsável pelo violento choque econômico, imposto pelo FMI. Em fevereiro de 1989, nem bem empossava o governo, aplicou um tarifaço nos combustíveis e transportes públicos, ao mesmo tempo cortou os subsídios à cesta básica, congelou os salários e liberou as taxas de juros.

Frente à revolta das massas, que saíram às ruas, Pérez lançou o exército sobre os revoltosos, deixando um saldo oficial de 300 mortos. Seu governo está marcado pelo total entreguismo e pela descarada corrupção, a exemplo de Collor no Brasil.

Os militares golpistas reivindicam de posições nacionalistas, por isso têm ganho apoio de uma parcela da população explorada. Entretanto, não o suficiente para saírem vitoriosos no golpe. Sem dúvida, a solução para os trabalhadores sacrificados não é a via do golpismo militar, mas sim a da tomada do poder pela classe operária. O problema está na ausência do Partido Operário Revolucionário.

O massacre de fevereiro e as duas tentativas de golpe revelam a profunda desintegração da Venezuela, sem que o proletariado pudesse se projetar com um movimento revolucionário pela transformação socialista do país. A solução da crise de direção é a condição para que a Venezuela não trilhe o caminho das ditaduras sangrentas, que marcam a foga a história da América Latina.

Clinton favorecerá a América Latina ?

Nas eleições americanas se comprova mais uma vez o fato de que a democracia burguesa é democracia somente para a classe dominante e para as grandes potências, que através de suas instituições estabelecem sua fria ditadura sobre as grandes maiorias. Essa democracia dos poderosos, carregada de fraude e corrupção, se move em meio ao repúdio das grandes maiorias, que compareceram em uma pequena proporção, menos da metade do eleitorado, para "eleger" entre seus carrascos que se colocarão no poder executivo durante um determinado tempo. Ainda que esse repúdio não signifique uma total superação das ilusões democráticas nas massas do país imperialista, está marcado pelo grande levante negro de Los Angeles, que eletrizou grandes setores dos explorados e se propagou imediatamente por todo o país e, inclusive, ultrapassou as fronteiras da metrópole imperialista.

A crise econômica estrutural do capitalismo mundial se manifesta, no momento atual, nos Estados Unidos, como a recessão mais aguda desde a crise de 1929, situação que tem obrigado a centrar toda a campanha eleitoral nas soluções que colocam os candidatos. No futuro imediato, a convulsão de Los Angeles se entroncará com novas e mais profundas mobilizações dos explorados do norte, pois nos encontramos em uma situação de ascenso das lutas das massas. A ausência de um partido revolucionário da classe operária constitui o problema fundamental que freia e impede o desenvolvimento da consciência de classe, tal como ocorre na grande maioria dos países do mundo.

O que ocorre nos Estados Unidos demonstra que a tal "eternidade do capitalismo" ou que a democracia seja o "sistema mais perfeito", ou que estejamos vivendo o "fim da história", etc,

não são mais que conversas propagandísticas para tentar manter em pé um regime econômico-social que está completamente esgotado, que se desintegra aceleradamente em meio a luta cada vez mais aguda com as grandes potências da Europa e Japão.

Para Bolívia e América Latina, o triunfo de Clinton não significa uma mudança favorável por ser como disse Lechin* e a propaganda interessada - um "filho do povo". Continuará e inclusive aprofundará a política imperialista de penetração do capital financeiro, de imposição do neoliberalismo para expropriar a favor da metrópole. Seguirá pisoteando a soberania nacional e continuará a imposição dos planos imperialistas no campo econômico, político e social.

Uma prova disso é a terrível "Lei Torricelli", que tem sido elaborada pelos próprios democratas e que supõe o início de uma guerra de morte contra Cuba, até afogá-la através do cruel boicote imperialista. A "guerra comercial" que começou entre os gigantes imperialistas se traduziu em maior exploração e saque às colônias da América Latina, da parte de seu amo do norte. Contrariamente ao que se crê, os "democratas" não hesitarão em apoiar-se em ditaduras fascistas ou militares, se se trata de defender seus interesses imperialistas.

Por isso os povos da América Latina, dirigidos pela única classe consequentemente antiimperialista, o proletariado, devem preparar-se para expulsar o imperialismo norteamericano, único caminho para alcançar a libertação nacional e social.

* Lechin, J. - Dirigente da Central Operária Boliviana

Extraída do jornal Massas do POR boliviano, de novembro de 1992.

GATT encontra seu impasse na França

O governo francês, acuado por grandes manifestações de agricultores e pela pressão interna, decidiu se colocar pelo veto ao acordo agrícola euro-americano do GATT, que reduz os subsídios à agricultura. O acordo implicaria numa alta generalizada dos preços da produção francesa, e portanto num benefício aos produtores norteamericanos, que abocanhariam o mercado europeu. A França é o maior país agrícola da Europa e mantém essa condição principalmente pelo apoio estatal.

Os Estados Unidos têm pressionado os países europeus a assinarem o acordo, para poder desafogar sua crise de superprodução, às custas da falência de milhares de agricultores europeus. Os outros países da Europa já mostraram disposição para efetivar o acordo, deixando a França isolada.

O capitalismo em crise não é capaz de resolver o problema da enorme capacidade produtiva alcançada sem destruir massivamente a produção. E faz isto num momento em que mais de um bilhão de pessoas passam fome em todo o mundo.

A crise interimperialista caminha para um confronto cada vez mais agudo. Aponta para a destruição massiva de forças produtivas, seja com a quebra econômica ou, em perspectiva, para o confronto bélico.

É preciso destruir esse sistema para aproveitar a enorme capacidade produtiva e acabar com a fome em todo o mundo. É isso o que fará a revolução socialista, encabeçada pelo proletariado.

Lituânia: os estalinistas continuam no poder

As eleições da Lituânia, ex-República soviética, colocaram no poder do Estado o mesmo Partido que governou o país nos tempos da União Soviética. Os estalinistas obtiveram 80 das 141 cadeiras do Parlamento. O grande derrotado foi o movimento nacionalista burguês, que lutou pela independência do país, liderado pelo presidente Vaitaus Landsbergis. O resultado mostra duas coisas:

1) Existe um descontentamento com a linha de reconstrução capitalista aplicada pelo governo, que tem resultado em queda violenta das condições de vida da população. Esse descontentamento não é consciente, mas apenas uma reação instintiva contra a atual situação. Se fosse consciente, não se voltaria para a defesa de forças restauracionistas.

2) Os estalinistas, ainda que divididos em várias frações, detêm o controle do aparelho do Estado burocratizado. E insistem em se autodenominar social-democratas e defensores da economia de mercado. Ou seja, confessam que trabalharão pela restauração capitalista.

A ausência de uma direção revolucionária, marxista, permite às frações pró-capitalistas manobrar as massas de acordo com seus mesquinhos interesses de casta. A real melhoria das condições de vida das massas passa pela defesa das conquistas da economia socializada e luta pelo poder político, varrendo com a burocracia usurpadora.